

A PROBLEMÁTICA DA POLÍTICA SOCIAL

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Problemática da Política Social

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P962 A problemática da política social [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-148-0

DOI 10.22533/at.ed.480192202

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas sociais – Brasil.
3. Política pública – Brasil. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“O que transformou o mundo não foi a utopia. Foi a necessidade.”

José Saramago

Um dos maiores desafios dos governos na atualidade é a demonstração de eficiência na prestação de serviços e implementação de políticas públicas. As estruturas governamentais são, em todos os níveis de atuação, complexos sistemas organizacionais, os quais se apoiam em recursos humanos, equipamentos, tecnologia, e outros meios, com o objetivo de operar a diversidade de serviços à sociedade. Além de dar conta dos déficits sociais acumulados, sobretudo no caso de países em desenvolvimento, os governos lidam com interesses sociais, econômicos e políticos distintos que refletem a diversidade da sociedade. Deve-se compreender que os problemas sociais são multidimensionais e, por essa razão, sua resolutividade não está restrita a um único setor ou a mudanças meramente técnicas e administrativas na gestão pública, mas na superação da configuração fragmentada e desarticulada em que se encontram as políticas públicas. Travar o debate acerca da configuração das políticas sociais, considerar que existe um grande desafio a ser enfrentado, pois compreensão à base de uma leitura crítica que envolve reconhecer a importância da historicidade dos fenômenos que se manifestam na sociedade capitalista e o seu desvendamento dialético. Pereira (2011, p. 2), aborda que “a política social constitui um processo internamente contraditório, que ao mesmo tempo atende interesses opostos”, demandando assim esforços fincados no conhecimento dos seus movimentos, tendências e não convergências para que estratégias políticas possam favorecer a extensão da democracia e da cidadania. Para analisar o debate acerca da política social é necessário não só o entendimento da sua pertinência para o atual contexto de implementação das políticas públicas, como também é imprescindível a reflexão das abordagens conceituais sobre a referida temática. Esta discussão é entendida aqui como um processo que extrapola o âmbito da dimensão técnica, tendo como conjugação as dimensões políticas, ideológicas e culturais. Certas limitações têm perpassado os estudos voltados para essa temática, principalmente em relação ao entendimento da dimensão histórica e política que este debate exige. Embora a perspectiva da política social seja um elemento recente na agenda das políticas sociais, esta tem sido considerada como uma possibilidade de enfrentamento das problemáticas estruturais advindas do isolamento e fragmentação das políticas sociais brasileiras.

No artigo **A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO** as autoras Cláudia Maria Costa Gomes, Maria da Conceição da Silva Cruz, Ana Karoline Nogueira de Souza, Ana Manoela da Silva Lima, analisam, em particular, o período designado como a era Lula (2003-2016), em que o país apresentou uma melhora crescente nos indicadores sociais e econômicos. No artigo **A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA**

IDOSA, os autores Sara do Nascimento Martins, Regiane de Nazare de Sousa Rocha, Maria Leonice da Silva de Alencar, Edinalva Pinto Poça buscam realizar uma análise conceitual sobre o envelhecimento e a educação permanente, e também sobre a implementação das políticas sociais que foram cruciais para garantir e efetivação de direitos sociais da pessoa idosa. No artigo **A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL**, a autora Ketnen Rose Medeiros Barreto, Faz uma discussão sobre a ideia de controle social a partir dos estudos realizados junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). No artigo **A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG**, os autores Ednéia Alves de Oliveira, Nelson Machado Pinho Junior realiza um levantamento dos programas e projetos em desenvolvimento na cidade e para qual público eles eram destinados, corroborando a hipótese de que tais políticas são direcionadas a jovens, na sua maioria, pobres e da periferia, promovendo renda baixa e não inserção no mercado de trabalho. No artigo **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE**, a autora Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira explanar sobre a precarização do trabalho e discorrer sobre as suas expressões a nível mundial. Para tanto, referencia-se na teoria social crítica. No artigo **AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS**, analisa a presença das políticas sociais no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscando identificar as concepções orientadoras e os investimentos realizados no sentido de viabilizar as propostas apresentadas. No artigo **CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA**, a autora Daniela de Carvalho Ciriaco trata de alguns elementos que auxiliam na compreensão da formação brasileira a partir da expansão do capitalismo e de como os processos que decorrem deste, as reformas neoliberais são implementados tardiamente trazendo sérias consequências para a efetivação das políticas sociais e para as condições de reprodução da classe trabalhadora. No artigo **CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO**, as autoras Mari Aparecida Bortoli, Carlos Nelson dos Reis, Heloísa Teles busca discutir a relação entre as condições de vida e as estratégias de enfrentamento a exploração do trabalho engendradas pelos/as catadores/as de materiais recicláveis que atuam na coleta seletiva. No artigo **DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO**, os autores Ariele Azevedo da Silva Vieira, Leonardo Barcelos Vieira, Angela Maria Caulyt Santos da Silva refletiu-se sobre as possibilidades de atuação do Serviço Social frente às políticas sociais que contribuem para a resistência e preservação do Congo enquanto rica e expressiva manifestação cultural, na formação histórico-cultural do povo capixaba. No artigo **DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL** as autoras Ermildes Lima da

Silva, Louise Oliveira Ramos Machado buscaram ao longo do trabalho apresentar algumas inquietações, potencialidades e os desafios da supervisão de estágio na atual conjuntura caracterizada pela mercantilização e precarização da educação superior e das condições de trabalho e os rebatimentos no processo de formação profissional. No artigo **A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA – MG** o autor Nelson Machado Pinho Junior Este trabalho tem por objetivo refletir acerca da relação público-privado na gestão da Política de Assistência Social no município mineiro de Juiz de Fora, através da análise da dimensão do orçamento. No artigo **ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF** a autora Cassiana Ferreira Simões O presente trabalho analisou o acesso e as condições de permanência dos alunos das universidades públicas federais após a implementação das políticas de democratização do acesso Educação Superior, sobretudo, a Política de Ação Afirmativa. Para tanto, o campo para a realização da pesquisa foi o ESR/UFF, em que foram alvos os estudantes ingressos por meio das ações afirmativas, nas modalidades concernentes às cotas sociais, no período de 2013 a 2016.

No artigo **ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO**, os autores Letícia Batista da Silva, Luanda Café Santana dos Santos, Tarcila Freitas de Sousa desenvolve-se uma reflexão sobre o padrão de financiamento da política de saúde no Brasil, para a compreensão das condições objetivas e materiais ao trabalho em saúde. No artigo **ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE** os autores Bruno Moretti, Ana Paula Menezes do Rego buscam examinar a evolução das despesas federais de saúde entre 2014 e 2018. Procura-se mostrar o impacto da crise sobre tais despesas, revelando como a austeridade constrange a ação do Estado, tendência intensificada com a Emenda Constitucional que limita as despesas primárias aos valores do ano anterior, ajustados pela inflação. No artigo **POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS** os autores Danielle Galdino, Cristiano Guedes trazem o resultado de uma pesquisa de mestrado que mostra a história do Programa Federal de Proteção a Testemunhas, seus desafios e limites, o perfil e as necessidades dos protegidos, o significado de proteção adotado por ele e quais necessidades humanas consegue atender. No artigo **QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO**, o autor Tauã Lima Verdán Rangel analisar o banco de alimentos, típico equipamento público de alimentação brasileiro, na promoção do direito humano à alimentação adequada e promoção de acessibilidade e disponibilidade a tal direito. No artigo **RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017**, as autoras Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz e Flávia Abud Luz propõem-se a refletir sobre o racismo institucional no Brasil; um mecanismo fundado no poder e utilizado via

de regra e historicamente para dominar raças, povos, etnias de cor diferenciada (fator biologizante). No artigo **REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA** Rosimary de Souza Lourenço, Marlene de Deus Lima, Yoshiko Sasaki, buscam discutir sobre a educação e sua relação com o processo de ampliação de cidadania implica em conhecer a concepção de educação e a natureza e intervenção do Estado. No artigo **SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO**, as autoras Michele Ribeiro de Oliveira, Renata Lígia Rufino Neves de Souza. buscam discutir o Programa Mulheres Mil como parte das estratégias da política social com foco no enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais assumidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), as quais não se resumem a políticas compensatórias — via transferência direta de renda aos mais necessitados —, mas incorpora políticas estruturais, tais como ampliação ao acesso à educação e ao crédito. No artigo **TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS**, autora Hamida Assunção Pinheiro busca trazer a discussão das tramas e os dramas que envolvem o trabalho dos oleiros do estado do Amazonas, dando destaque às condições de trabalho e de vida destes trabalhadores. No artigo **VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL**, a autora **Wilma Lúcia Rodrigues Pessoa** analisa a articulação entre o racismo e a violência institucional do Estado Brasileiro na promoção do genocídio da juventude negra como componente estrutural da opressão de classe. Parto da consideração do que foi a constituição do racismo no Brasil suas especificidades e sua relação com o processo de expansão do capitalismo em escala global.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Cláudia Maria Costa Gomes	
Maria da Conceição da Silva Cruz	
Ana Karoline Nogueira de Souza	
Ana Manoela da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4801922021	
CAPÍTULO 2	17
A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA	
Sara do Nascimento Martins	
Regiane de Nazare de Sousa Rocha	
Maria Leonice da Silva de Alencar	
Edinalva Pinto Poça	
DOI 10.22533/at.ed.4801922022	
CAPÍTULO 3	26
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL	
Ketnen Rose Medeiros Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.4801922023	
CAPÍTULO 4	38
A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG	
Nelson Machado Pinho Junior	
Ednéia Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922024	
CAPÍTULO 5	51
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE	
Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922025	
CAPÍTULO 6	60
AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS	
Edemar Rotta	
Carlos Nelson dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.4801922026	
CAPÍTULO 7	74
CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA	
Daniela de Carvalho Ciriaco	
DOI 10.22533/at.ed.4801922027	

CAPÍTULO 8	88
CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO	
Mari Aparecida Bortoli Carlos Nelson dos Reis Heloísa Teles	
DOI 10.22533/at.ed.4801922028	
CAPÍTULO 9	103
DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO	
Ariele Azevedo da Silva Vieira Leonardo Barcelos Vieira Angela Maria Caulyt Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4801922029	
CAPÍTULO 10	117
DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	
Ermildes Lima da Silva Louise Oliveira Ramos Machado	
DOI 10.22533/at.ed.48019220210	
CAPÍTULO 11	128
A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORÁ - MG	
UMA ANÁLISE DO ORÇAMENTO MUNICIPAL	
Nelson Machado Pinho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48019220211	
CAPÍTULO 12	140
ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF	
Cassiana Ferreira Simões	
DOI 10.22533/at.ed.48019220212	
CAPÍTULO 13	150
ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO	
Letícia Batista da Silva Luanda Café Santana dos Santos Tarcila Freitas de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220213	
CAPÍTULO 14	161
ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE	
Bruno Moretti Ana Paula Menezes do Rego	
DOI 10.22533/at.ed.48019220214	

CAPÍTULO 15	174
POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS	
Danielle Galdino Cristiano Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.48019220215	
CAPÍTULO 16	188
QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO	
Tauã Lima Verdán Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.48019220216	
CAPÍTULO 17	201
RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017	
Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz Flávia Abud Luz	
DOI 10.22533/at.ed.48019220217	
CAPÍTULO 18	210
REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	
Rosimary de Souza Lourenço Marlene de Deus Lima Yoshiko Sasaki	
DOI 10.22533/at.ed.48019220218	
CAPÍTULO 19	222
SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO	
Michele Ribeiro de Oliveira Renata Lúgia Rufino Neves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.48019220219	
CAPÍTULO 20	234
TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS	
Hamida Assunção Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.48019220220	
CAPÍTULO 21	246
VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL	
Wilma Lúcia Rodrigues Pessôa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220221	
SOBRE A ORGANIZADORA	255

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL

Ketnen Rose Medeiros Barreto

Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional/Serviço Social de Campos
Campos dos Goytacazes/RJ

RESUMO: Este artigo constitui-se numa discussão sobre a ideia de controle social a partir dos estudos realizados junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ), concluído em maio de 2017, que teve como ponto de partida a investigação dos interesses em disputa, expressos na participação da sociedade civil no cotidiano do controle social da Política de Assistência Social, refletindo os projetos societários apontados na correlação de forças presentes ao “jogo democrático”, cujo objetivo central é analisar os consensos e dissensos no segmento da sociedade civil ao longo da trajetória histórica do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Campos dos Goytacazes, RJ ao longo dos seus vinte anos de história(1996 a 2016).

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade civil; Democracia; Controle social.

ABSTRACT: This work constitutes a systematization of the thesis presented and defended by the Graduate Program in Social

Service of the University of the State of Rio de Janeiro (PPGSS / UERJ) in May 2017, which had as its starting point the research of the interests of the civil society in the daily social control of the Social Assistance Policy, reflecting the corporate projects indicated in the correlation of forces present to the “democratic game”, whose central objective is to analyze the consensus and dissent in the segment of the civil society along the historical trajectory of the Municipal Council of Social Assistance (CMAS) of Campos dos Goytacazes, RJ during its twenty years of history (1996 to 2016).

KEYWORDS: Civil society; Democracy; Social control

1 | INTRODUÇÃO

Como marco jurídico, a Constituição Federal de 1988 representou, após quase três décadas de ditadura militar, a luta e a resistência de grupos e movimentos sociais em prol da democracia que, além da derrubada do regime militar, conquistaram a instauração de importantes espaços participativos e democráticos como: eleições diretas, plebiscitos, conselhos deliberativos, orçamentos participativos e outros canais institucionais de participação popular. Entre as conquistas constitucionais obtidas no âmbito dos direitos

sociais, ressaltamos a reconfiguração das políticas públicas brasileiras, sobretudo a de proteção social enquanto Seguridade Social. No campo da seguridade social a política de assistência social encontra-se regida pelos princípios da Constituição Federal de 1988, da descentralização político-administrativa, da universalização e da participação popular, enquanto consolidação das novas formas da relação entre Estado e sociedade civil que alteraram a gestão das políticas públicas em nosso país.

A realidade brasileira tentou, no plano jurídico, equiparar-se à política dos países desenvolvidos, adotando uma nova concepção de gestão pública que tão logo a Constituição Federal de 1988 fora promulgada, já sofria os ataques do projeto neoliberal numa incorporação à contrarreforma do Estado, trilhando os caminhos da terceirização e do repasse de suas responsabilidades à sociedade civil.

É importante lembrar que, historicamente, o Brasil se consolidou numa nação economicamente dependente do capital estrangeiro, pertencente à periferia do capitalismo mundial, marcado por um Estado patrimonialista, focalista e nada redistributivo, visto que, até 1988, todas as políticas sociais no país se davam exclusivamente sob a forma de contribuição direta em que o acesso a bens, serviços e benefícios ocorria através dos descontos financeiros nos salários dos trabalhadores formais.

Destacamos que o Estado brasileiro não pode ser considerado como um Estado de Bem-Estar Social, tanto por sua natureza periférica, responsável pela cultura política da não redistribuição social, quanto por sua inserção tardia no processo de industrialização dentro do sistema capitalista. Para países como o Brasil, que não pertence ao centro do capitalismo mundial, a análise a respeito da proteção social requer considerar inicialmente a condição de pertencimento à periferia econômica, prisioneira do subdesenvolvimento.

Mesmo tendo avançado consideravelmente no processo de industrialização durante o século XX, por exemplo, o Brasil não foi capaz de abandonar as principais características do subdesenvolvimento, tais como a disparidade na produtividade setorial e regional e a permanência de grande parte da população prisioneira de condições precárias de vida e trabalho (POCHMAMM, 2007, p. 94).

Ao se pensar a democracia brasileira, conforme constituída na Constituição Federal, podemos analisar que, após sua promulgação em 1988, não se estabeleceram relações sociais democráticas capazes de contemplar como horizonte a emancipação humana. Ao contrário, viu-se a regulamentação dos direitos sociais não como forma de igualdade entre os cidadãos brasileiros, mas submetida à lógica do mercado financeiro mundial, conformando o caráter periférico de nosso país.

As reflexões estabelecidas ao longo deste artigo cumprem a função de apresentar o processo investigativo, voltado para o conhecimento dos interesses que perpassam o controle social da Política de Assistência Social no município de Campos dos Goytacazes, RJ; e a participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social, enquanto espaço de consensos e dissensos.

Através do estudo de caso, retratamos o significado do controle social, a partir dos sujeitos que participam diretamente CMAS, como representante da sociedade civil, cujas experiências foram recuperadas aqui, enquanto dados para se pensar os conflitos presentes neste espaço. A pesquisa de campo percorreu o conhecimento e análise dos grupos que compõem a sociedade civil do CMAS (representantes de entidades prestadoras de serviços sócio-assistenciais, representantes de classe, representantes das entidades formadoras e usuários) em suas formas de participação e articulação enquanto espaço democrático, procurando avançar no entendimento de suas características, antagonismos e confrontos entre seus atores.

Assim as questões analisadas ao longo deste artigo, buscam avançar para além da realidade aparente, na apreensão de contradições veladas por aparências fenomênicas que perpassam os espaços democráticos, como no caso dos conselhos, procurando desvelar os interesses, enquanto consensos e dissensos inerentes a representatividade dos diversos atores que assumem as cadeiras da sociedade civil no referido conselho.

2 | SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Ao se pensar a democracia brasileira, conforme constituída na Constituição Federal, podemos analisar que, após sua promulgação em 1988, não se estabeleceram relações sociais democráticas capazes de contemplar como horizonte a emancipação humana. Ao contrário, viu-se a regulamentação dos direitos sociais não como forma de igualdade entre os cidadãos brasileiros, mas submetida à lógica do mercado financeiro mundial, conformando o caráter periférico de nosso país.

Faz-se mister enfatizar que o entendimento de democracia não pode ser confundido com a concepção de democracia burguesa que, para obtenção e manutenção da hegemonia, recorre à efetiva participação das massas, reforçando os interesses da burguesia liberal.

A perspectiva de uma maior participação social sob o paradigma da democracia representativa no Brasil pós-1988, resultou das reivindicações dos movimentos sociais e setores da classe trabalhadora, garantindo-lhes direitos sociais, mas que não se estenderam a partilha do poder econômico e político. O sufrágio universal passou a ser defendido como instrumento de igualdade entre os cidadãos, como condição fundante para concretização efetiva do princípio democrático consagrado pela Constituição Federal.

Contudo a luta por melhores condições de vida, abarcada por movimentos dos trabalhadores, ao ser acampada como uma luta pela democracia e pela derrubada do regime militar, fora descaracterizada de suas perspectivas de transformação societária.

Entende-se a perspectiva de democracia enquanto estratégia de emancipação humana, com vistas à superação do sistema capitalista, defendida pela teoria de Marx e repensada por Gramsci (no início do séc. XX), ao enfatizar que esta não pode se dar

sob uma ordem social que aliena e aprisiona o homem ao processo de exploração.

Na perspectiva marxista, o conceito de emancipação é um processo social que está estreitamente ligado à liberdade, não na ausência de interferência como pressupõe o pensamento neoliberal, mas enquanto “múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e a criação de uma forma de associação digna da condição humana” (BOTTMORE, 1988 .p.123-124).

Neste processo, expressam as ideias de Coutinho (1997) enquanto autor marxista que nos alerta para o equívoco quando se fala em “democracia burguesa”, já que esta seja resultado das lutas e movimentos operários em prol da participação social, o que seria um contrassenso aos interesses capitalista da burguesia. Essa contradição só pode ser superada, segundo o supracitado autor,

(...) a medida que a socialização da participação política se expresse numa crescente socialização do poder, o que significa que a plena realização da democracia implica na superação da ordem social capitalista (COUTINHO, 1997, p. 12).

Numa análise crítica do processo de redemocratização brasileira, Coutinho (1993) afirma que a Constituição de 1988 revela a falta de hegemonia na sociedade brasileira, expressando dois projetos de sociedade “ocidental” (no sentido gramsciano): o da democracia de massa, que buscava representar organicamente as classes subalternas, consistindo na busca da unidade dentro da heterogeneidade; e o liberal-corporativismo, caracterizado por interesses múltiplos, de forma pulverizada.

As lutas políticas que aglutinaram forças dos mais variados setores da sociedade civil caminharam para o reconhecimento legal da participação social e abriram canais de inserção direta da sociedade civil no controle social de parte das políticas públicas (entre elas a de Seguridade Social), mas sob os limites da democracia burguesa.

Mota (1995) reforça a ideia de que um processo de transição “pelo alto”, a favor dos interesses das elites brasileiras, que marcou a década de 1980, combinada às pressões populares, foram fundantes para o avanço da democracia no Brasil. Contudo, não foram suficientes para consolidar o protagonismo das massas, dadas as tendências regressivas, principalmente a partir da influência do projeto neoliberal em nosso país, na década posterior.

A redemocratização brasileira, atrelada à dinâmica capitalista mundial de crise econômica (reflexo da crise do petróleo nos anos 1970) nos anos 1980 e 1990, desdobrou-se num conjunto de reformas políticas macroeconômicas, com base no Consenso de Washington, enquanto estratégia de enfrentamento político e econômico dos países de capitalismo avançado. Sob a dinâmica do capitalismo mundial, a crise nos países centrais é integrada aos países periféricos como se atingisse a todos da mesma forma, desconsiderando as desigualdades econômicas e políticas existentes entre estes e o contexto histórico de cada país.

Apoiada pela burguesia nacional composta em sua maioria pela oligarquia agrária (uma elite política oriunda dos grandes proprietários rurais e pecuaristas),

o Estado ditatorial chegava a seu fim, com total descontrole financeiro das contas públicas e com expressivo aumento da dívida externa e do desemprego, recorrendo aos credores internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), para a busca de empréstimos financeiros.

O projeto neoliberal, ao reforçar as leis de mercado, impondo a privatização das estatais, abertura comercial, desmantelamento dos serviços públicos, subordinou os valores democráticos nacionais ao grande capital e sufocou os valores da justiça social tão defendidos pelos movimentos sociais e sindicais dos anos 1970 e 1980.

Nesta dinâmica passa-se a discutir a extensão do conceito de sociedade civil adotado por diferentes formas de pensamento, servindo para justificar concepções antagônicas de mundo e sociedade. A apropriação do termo sociedade civil de forma generalizada nos aponta para a urgência de conferir uma maior qualificação do conceito, a partir do resgate de diferentes significados a este atribuído.

Para entendermos as formas principais pela qual o conceito de sociedade civil vem sendo reivindicado, dentro daquilo que Gohn (2003) denomina de “Confluência perversa”, ou seja, hoje um conceito de múltiplos significados e entendimentos, usado para justificar projetos políticos divergentes. A sociedade civil é o âmbito principal da disputa de interesses, espaço político por excelência e arena da luta de classes, um campo de dissonâncias, enfrentamentos e correlação de forças, ora para reforçar o exercício da hegemonia, ora pra enfraquecer os consensos historicamente estabelecidos.

A sociedade civil é entendida, portanto, como o terreno de disputas pelo poder econômico, político e ideológico, conforme concebida por Gramsci, configurando-se num espaço de correlação de forças onde se pode concretizar o consenso enquanto legitimação da ordem vigente, mas também pode se dar o questionamento, a crítica e a luta de classes.

Tal discussão serve de embasamento para pensarmos criticamente o processo de redemocratização brasileira, buscando o entendimento sobre democracia e os projetos societários em disputa a este vinculado, onde o conceito de sociedade civil se justifica tanto para a autonomia dos cidadãos, quanto para a desestatização das políticas públicas, sob o discurso neoliberal da terceirização, onde o conceito de democracia foi esvaziado de seu conteúdo social, nada mais tendo a ver com a distribuição de poder social ou econômico entre as classes.

Assim democracia hoje no Brasil pode ser entendida em termos sob os limites da cidadania passiva, ou na melhor das hipóteses, como os direitos dos indivíduos de assegurar algumas proteções contra o poder de outros. Esse processo de domesticação, ou neutralização da democracia, que a transforma em uma democracia formal, não poderia ter sido possível sem o capitalismo (WOOD, 2004, p. 45).

3 | A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REPRODUÇÃO DAS CONTRADIÇÕES DA RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO

O item anterior serve de base para pensar o controle social democrático no interior da sociedade capitalista, em especial na política de assistência social, cuja trajetória no Brasil ao longo das duas últimas décadas, vem sinalizando para os dilemas centrais que acompanham seu desenvolvimento como um direito social.

Para tanto, é necessário que as interpretações estruturalistas, que pensam as políticas de modo unilateral, ou seja, apenas como estratégia de garantia da hegemonia por parte do Estado ou como produto da pressão dos trabalhadores sejam ultrapassadas.

Ambas concepções não abarcam as políticas no processo de correlação de forças, que cumprem a função econômica de reduzir custos no processo produtivo e a função política de cooptação e legitimação da ordem capitalista. A essência das políticas sociais se relaciona às várias formas de expressão da questão social, da qual os efeitos são determinantes no processo de exploração da mais-valia.

No âmago das relações de produção e reprodução do capital que as políticas sociais se inserem como expressão dos interesses de classes, não apenas por questões econômicas, mas também como estratégia de direção intelectual hegemônica da burguesia.

As políticas sociais estimulam a mais-valia socialmente produzida enquanto mediação entre a taxa de lucros e o valor do trabalho, à proporção que se configuram como estratégias da burguesia, para atender a pressão dos trabalhadores, através do Estado e se originam a partir do reconhecimento deste na relação capital x trabalho, sob a dinâmica da reprodução capitalista.

Dentre estas, destacamos a assistência social, como integrante do conjunto de políticas de proteção social, que embora não nasça como iniciativa do Estado capitalista, à medida que nas sociedades pré-capitalistas havia ações de caráter solidarista, fora historicamente sendo consolidada como estratégia de manutenção da ordem social capitalista.

A assistência por meio de ações pulverizadas, historicamente, era realizada pela família, atrelada a iniciativas da igreja na defesa de valores como solidariedade, fraternidade e caridade, aos mais necessitados e desprovidos de suas capacidades físicas e mentais para provir sua subsistência.

A assistência social ganha neste contexto de redução do papel do Estado na reprodução ampliada do capital uma dimensão maior, à medida que se propõe a atender as necessidades sociais dos trabalhadores cada vez mais expropriados dos meios de produção.

A assistência social enquanto política de proteção social se constitui uma estratégia de regulação do capital, que num contexto de crise estrutural busca garantir, ainda que minimamente, a sobrevivência dos desempregados para que retornem ao

processo produtivo, consistindo assim numa reprodução da superpopulação relativa. Nestes termos Boschetti (2016, p. 123), nos fala em “políticas de ativação”, enquanto medidas de desestruturação do trabalho determinantes para reestruturação capitalista em contexto de crise do capital, reforçando a primazia do trabalho a qualquer custo. As “políticas de ativação” buscam amenizar os efeitos da degradação do trabalho, através de soluções imediatistas e ao mesmo tempo perversas, que levam os sujeitos a aceitarem as novas regras do mercado de trabalho. No âmbito da assistência social, as “políticas de ativação”, reforçam a ideia de que a renda do trabalhador deve provir da venda da força de seu trabalho e que a assistência (ainda que tida como direito), se coloca como uma ajuda temporária, validando o antigo discurso de que o „trabalho dignifica o homem”, mesmo sabendo que nem todos disponibilizaram de postos para trabalhar.

No campo da seguridade social a política de assistência social encontra-se regida pelos princípios da Constituição Federal de 1988, da descentralização político-administrativa, da universalização e da participação popular, enquanto consolidação das novas formas da relação entre Estado e sociedade civil que alteraram a gestão das políticas públicas em nosso país. Assim, baseando-se nos moldes do Estado de Bem-Estar Social dos países de capitalismo central, a Política de Seguridade Social brasileira se reconfigurou a partir de 1988, enquanto mediação entre Estado e sociedade, definida a partir de três princípios básicos: - Universalização: ruptura com a cidadania meritocrática propôs regulamentar em seu texto princípios como a universalidade na cobertura das políticas sociais; o reconhecimento dos direitos sociais e a afirmação do dever do Estado como agente responsável pelas ações de proteção social; - Descentralização: implica na divisão do poder executivo nas três esferas de governo, principalmente nas instâncias municipais e o Controle Social que configura-se na representação da sociedade civil no controle e fiscalização das políticas públicas. Contempla a participação dos cidadãos na implementação e gestão das políticas sociais, cujo intuito é garantir a transparência das ações governamentais e a efetiva participação popular na gestão pública, como veremos melhor no que se segue.

4 | CONTROLE SOCIAL E OS CONSENSOS E DISSENSOS NA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Os conselhos se constituem em instâncias políticas de caráter permanente, órgãos colegiados que tem como principal atribuição, propiciar a participação da sociedade civil na implementação, deliberação e controle das políticas públicas. Estes vêm se configurando como espaços de interlocução entre o Estado e a sociedade, com potencial para a publicização de diferentes interesses e discursos, de modo que possam ser confrontados e negociados; ou seja, são espaços de expressão pública

dos conflitos presentes nas relações sociais e de decisões coletivas vinculadas a uma área de política pública.

Historicamente, no Brasil o controle social é visto como a forma que o Estado brasileiro enquanto representante da classe burguesa, utilizou para exercer seu poder e obter a reprodução social de classes dominadas. Contraposto a este entendimento ressaltamos o controle social como a “capacidade que a sociedade civil tem de interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos interesses da maioria da população. (CORREA, 2002, p.121).

O caráter deliberativo e fiscalizador impõem aos conselhos gestores de políticas públicas um importante papel na construção e consolidação da democracia, através do exercício da participação, sobretudo na área da Assistência Social, cujo desafio ao longo dos anos 1990, foi ultrapassar a ambiguidade que se remete a duas concepções básicas: a primeira diz respeito ao controle do Estado sobre a sociedade civil e a segunda da sociedade civil sobre o Estado (CORREIA, 2002, p.120).

Tal dicotomia se deu num contexto emblemático, onde a sociedade civil aparece como um conjunto de diferentes grupos e segmentos, opostos ao Estado, dotada de valores positivos e capaz de representar os interesses coletivos na cena política e na definição da agenda pública.

A expansão dos conselhos revela a magnitude que o controle social tomou no Brasil, enquanto participação da sociedade civil, paralelamente expressa os dilemas da correlação de forças presente a uma dada política pública. É fato que passada a efervescência dos movimentos sociais dos anos 1980, que culminaram com a promulgação da Constituição Federal em outubro de 1988, vimos que a separação entre Estado e Sociedade Civil, cedeu lugar a uma relação de parceria, de negociação e ação conjunta, conforme propunha o projeto neoliberal nos anos 1990.

A incorporação do projeto neoliberal, cuja proposta centra nos princípios do Estado Mínimo, estimulou a participação da sociedade civil conforme exigências dos organismos internacionais, de modo que esta foi “obrigada” a assumir os custos da crise, passando a desenvolver ações, programas e serviços sociais de responsabilidade estatal. Assistimos assim junto ao crescimento dos conselhos, a expansão do chamado “terceiro setor”, que colocado à parte do Estado, se configura como,

(...) ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as funções de resposta às demandas sociais solidariedade, voluntariado, auto responsabilização e individualização (substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços, típico de “Bem-estar” (MONTANO E DURIGUETTO, 2011, p. 306).

No município de Campos dos Goytacazes, um importante município da região norte-fluminense, que historicamente constitui-se como um forte centro político e econômico do Estado do Rio de Janeiro e do país desde o período colonial, quando foi referência para o Brasil. Trata-se de uma de uma “cidade economicamente rica”, mas que não produz sua riqueza, cujo grupos políticos se revezam políticos se perpetuam

na liderança do poder local, através dos repasses de programas populistas e benesses individuais que reforçam a figura do “ benfeitor”.

A tradição do cacique ou do coronel, hoje vestindo gravata e dotados de poderosos apoios de grupos financeiros é simplesmente uma realidade. Em outros termos, os chamados caciques são os que mantêm o município subordinado às políticas centralizadoras, tanto do Estado como dos grupos privados (DOWBOR, 2008, p. 60).

Através do estudo de caso realizado junto ao Conselho Municipal de Assistência Social, foi possível apreender que o controle social neste espaço é marcado por contradições e interesses em disputa, entre os grupos que compõe a chamada sociedade civil. Especificamente, entre aqueles que representam grupos de movimentos sociais e entidades de classes, voltadas para a mobilização social e lutas coletivas e, que por isso buscam politizar o espaço do controle social; e aqueles em defesa dos usuários, como no caso das entidades prestadoras de serviço sócio assistenciais, que exercem um controle social corporativo e voltado a interesses mais específicos, como vimos nas discussões que se remetem ao conveniamento e à aprovação desta instituições no CMAS.

Ressaltamos que, a busca pelo consenso que se dá no CMAS, contraria ao entendimento gramsciano sobre conflitos em torno de um de projeto da classe subalterna, que deveriam ultrapassar o momento „econômico-corporativo”, para o ético-político”, em busca de superação da racionalidade capitalista, o que se vê são articulações políticas, que não alteram a relações de poder já existentes e que se configuram em “mediações possíveis”.

É neste sentido que o diálogo no espaço do controle social é apontado no estudo realizado (assim como nos dados obtidos na pesquisa documental) como sinônimo de consensos, que se fazem (ou deveriam se fazer) não somente entre poder público e sociedade civil, mas entre os diferentes grupos que compõe a sociedade civil, revelando que a participação social vem sendo posta lado, perdendo espaço pela luta pela sobrevivência, pela resistência e por pautas já ultrapassadas anteriormente, que agora retomam a agenda política, frente a desconstrução de direitos antes adquiridos.

Vê-se um processo de dissolução na perspectiva dos movimentos sociais mais amplo, onde há repressão (ainda que velada) sobre os grupos e setores mais críticos da sociedade, o que afeta qualitativamente a participação dos sujeitos e a inserção destes em espaços de representação política.

A baixa representação dos usuários apontada em nosso estudo de caso (corroborada pelas análises das atas pesquisas), trata-se de uma expressão dos traços mais perversos do assistencialismo, além do vínculo de dependência que produz a exclusão política da massa nos espaços participativos. Este esvaziamento é reflexo de uma vida marcada por privações que condicionam os sujeitos e os afastam de sua condição de cidadania, tornando-os reféns da classe dominante. Trata-se de uma realidade onde os sujeitos se tornam desmotivados da participação, desacreditados

das mudanças e, ao mesmo tempo vulneráveis as políticas públicas imediatistas.

Em relação aos dissensos, entendemos que no interior da sociedade civil, estes não se dão exclusivamente em função dos interesses conflitivos que se expressam entre os diferentes grupos da sociedade civil. Nem tampouco pela interferência das entidades sócio assistenciais, que pressionam para tornar seus discursos dominantes em relação a demais representações (como a entidades de classe de trabalhadores do SUAS e as instituição formadoras) sob a justificativa de garantia do direito do usuário; mas enquanto defesa de interesses divergentes entre os conselheiros da sociedade civil que ao invés de apontarem para uma luta coletiva em prol de questões mais amplas que garantam a democracia para além dos interesses do Estado liberal.

Assim, através dos substratos de depoimentos coletados ao longo do nosso estudo de caso, ressaltamos que entre os principais pontos de divergências entre a sociedade civil, está a ocupação das vagas CMAS, que se dá nas disputas entre as entidades pertencentes a sociedade civil na concorrência pelas vagas no conselho durante os fóruns.

Fica claro que no CMAS, os dissensos não representam o debate de ideias divergentes, capazes de processar a construção de consensos voltados para a contra hegemonia; Os dissensos no CMAS são sim defesas corporativas de ideias que se conflitam quando os representantes da sociedade civil se sentem ameaçados em lideranças e buscam entre seus pares o seu fortalecimento.

Tanto através das atas, quanto dos discursos proferidos nas entrevistadas, foi possível constatar que os consensos, assim como os dissensos se dão entre os grupos que compõe o segmento da sociedade civil e que buscam manter-se hegemônicos dentro da mesma; ou seja, buscam ser articular entre si e tornarem-se mais fortes no segmento da sociedade civil, como tem sido no caso das entidades socioassistenciais ao longo dos últimos fóruns de assistência social. Também, nos momentos de articulação desta, para garantir as verbas de convênios. O mesmo se aplica às entidades de classe, que vem ao longo de várias gestões lutando pela garantia da participação dos trabalhadores do SUAS, mas não conseguem um trabalho de base que potencialize a participação dos técnicos que trabalham na rede sócio assistencial no município no espaço do conselho.

Nessa perspectiva, os consensos e dissensos se dão nos espaços do CMAS mais como uma forma de expressão da sociedade civil num espaço de controle social, que como uma coalização de ideias num processo de contra hegemonia, no sentido de mudanças e transformações societárias.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se pensar a democracia brasileira, conforme constituída na Constituição Federal, pode-se verificar que, após sua promulgação em 1988, não se estabeleceram

relações sociais democráticas capazes de contemplar como horizonte a emancipação humana. Ao contrário, viu-se a regulamentação dos direitos sociais não como forma de igualdade entre os cidadãos brasileiros, mas submetida à lógica do mercado financeiro mundial, conformando o caráter periférico de nosso país.

Faz-se mister enfatizar que o entendimento de democracia apreendido neste artigo não se confunde com concepção de democracia burguesa que, para obtenção e manutenção da hegemonia, recorre à efetiva participação das massas, reforçando os interesses da burguesia liberal.

Pensar o controle social sob as bases da democracia brasileira, a partir da Constituição Federal de 1988, exigiu-nos uma reflexão teórica mais aprofundada das questões fundantes que perpassam a relação Estado e sociedade civil, no interior do sistema capitalista. Neste processo, o conhecimento do conceito de democracia e sociedade civil, sob os projetos políticos e econômicos a estes vinculados, são imprescindíveis para situarmos teoricamente o que norteia as experiências democráticas de participação da sociedade civil na discussão do controle social da política de Assistência Social.

O controle social da assistência social no CMAS de Campos dos Goytacazes, buscando a representatividade da sociedade civil, nos espaços políticos por excelência e arena da luta de classes, levou a identificação desta num campo de dissonâncias, enfrentamentos e correlação de forças, que ora reforça o exercício da hegemonia dominante na sociedade capitalista, ora enfraquece os consensos historicamente estabelecidos.

Tal compreensão deu-se atrelada após análises e reflexões do processo histórico-social, na qual a sociedade civil do CMAS de Campos dos Goytacazes, assume seu espaço no controle social, como no caso dos conselhos deliberativos de políticas públicas, cujo papel na construção e consolidação da democracia, vêm revelando um forte caráter deliberativo e fiscalizador das recursos públicos, numa estratégia de consolidação da democrática representativa; em especial no CMAS de Campos dos Goytacazes, RJ, onde ainda não conseguiu se implantar como um espaço de participação social, no sentido de aproximação dos sujeitos que realmente acessam esta política, como nos apontou este estudo.

Tal fato pôde ser constatado através da não participação dos usuários no CMAS e das relações sociais historicamente construídas e apresentadas em uma sociedade hierarquicamente organizada, que o poder econômico e político se coadunam. Verificamos que a participação das classes sociais subalternas, se dão de modo limitado e cerceado, seja por receio a represálias ou perdas de benefícios, o que a nosso ver reforça ainda mais o poder das elites políticas desse país, em especial as locais.

Nesse estudo de caso foi possível observarmos o poder hegemônico das elites e o afastamento dos usuários da assistência social. Tal questão serviu para nos retratar os limites presentes ao exercício da democracia brasileira, em especial a

hegemonia dos que insistem em preservar o patriarcalismo de gerações passadas na concentração do poder político e econômico de Campos dos Goytacazes, ainda que a esta, seja “dada” o direito de participar.

REFERÊNCIAS

BARRETO, K.R.M. **Os Consensos e Dissensos na participação da sociedade civil no processo de controle social: um estudo de caso dos interesses em disputa no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Campos dos Goytacazes/RJ**. Tese (Doutorado em serviço social) - Faculdade de Serviço Social, UERJ, p.350.2017.

BOTTOMORE, T. B. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRAVO, M. I. S.; CORREA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012.

CORREIA, M. V. C. Que controle social na política de Assistência Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 23, v. 1, n. 72, p. 119-145, 2002.

COUTINHO, C. N. Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci. In: AGGIO, A. (org.). **Gramsci, a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Unesp, 1998.

DOWBOR. L. **O que é poder local?** ed. rev. e atual. Jul. 2008. Disponível em: <<http://www.dowbor.org/08podlocal.doc>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção questões da nossa época, n. 84).

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica do serviço social, n. 5.)

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2004.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-148-0



9 788572 471480